

INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA POPULAÇÃO CARCERÁRIA FEMININA

Lia Gomes Lopes; Purdenciana Ribeiro de Menezes; Dayana Maia Saboia; Karine de Castro Bezerra; Camila Teixeira Moreira Vasconcelos

Universidade Federal do Ceará. Email: lialopes31@gmail.com
Universidade Federal do Ceará. Email: dencinharibeiro@gmail.com
Universidade Federal do Ceará. Email: day_saboia@yahoo.com.br
Universidade Federal do Ceará. Email: karineufc@gmail.com
Universidade Federal do Ceará. Email: camilamoreiravasco@gmail.com

Resumo do artigo: A população carcerária apresenta uma alta prevalência de casos de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e o comportamento de risco relacionado ao uso de drogas e relações sexuais desprotegidas contribuem para o aumento do número de casos de tais infecções dentre a população. O objetivo desse estudo foi conhecer a prevalência de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e o comportamento de risco de populações carcerárias femininas no mundo. Foi realizada uma revisão integrativa dos artigos publicados nas bases de dados eletrônicas PubMed/Medline, SCIELO, LILACS, Cochrane Library e CINAHL, utilizando os seguintes descritores no idioma inglês: “Prison”, “Women” e “STD”. Para avaliação e seleção dos artigos foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: estudos sobre prevalência de IST ou comportamento de risco dentre a população feminina carcerária adulta. Os critérios de exclusão foram: estudos realizados junto a parceiras de detentos masculinos, ex-detentas, realizados junto a gestantes, prevalência sobre o uso de drogas ilícitas, estudos qualitativos, duplicidades, artigos que não apresentavam disponibilidade do texto na íntegra, teses, dissertações e monografias. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados sete artigos para a amostra final. Os estudos demonstraram que as populações carcerárias femininas no mundo apresentam baixas prevalências para IST, no entanto, apresentam comportamentos de risco elevados para a disseminação das doenças, sendo os principais: história de abuso sexual e violência, uso de drogas, parceiros usuários de drogas, múltiplos parceiros, alcoolismo e sexo desprotegido. Além disso, os estudos também apontaram que mulheres negras se configuram como o principal grupo admitido nos presídios e que as mesmas podem ter risco aumentado para contaminação de sífilis e HIV. As evidências dos estudos apontam para os determinantes sociais envolvidos na saúde da população carcerária no mundo.

Palavras-chave: Prisões, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Saúde da Mulher.

Introdução

A população carcerária apresenta uma alta prevalência de casos de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e o comportamento de risco relacionado ao uso de drogas e relações sexuais desprotegidas contribuem para o aumento do número de casos de tais infecções dentre a população. As condições socioeconômicas da população carcerária apresentam tendências desfavoráveis, caracterizando-se por um perfil de escolaridade baixo, renda familiar insuficiente, altos índices de desemprego, deficiência de acesso aos serviços de saúde, que associados aos riscos centralizados no sistema prisional favorecem o aumento da incidência e prevalência de infecções sexualmente transmissíveis em presidiários (NICOLAU; PINHEIRO, 2012a).

De acordo com a literatura vigente, os principais fatores de risco que favorecem a disseminação de IST entre a população carcerária são: promiscuidade e abuso sexual, atividades bi/homossexuais, superlotação de celas, uso de drogas, tatuagens e body piercing, baixo uso de preservativos no intercursos sexual, prostituição e história de IST.

Assim, observa-se a relevância da aplicação de tecnologias em saúde na assistência de enfermagem para promoção da saúde sexual e reprodutiva da pessoa privada de liberdade. As más condições do sistema prisional brasileiro associadas a superlotação das celas, estrutura física precária e má administração de recursos humanos favorece a evolução da incidência de diversas patologias, contribuindo para o agravamento dos problemas de saúde percebidos nessa população (DIUNA et al., 2008).

Nesse contexto, o Ministério da Saúde no Brasil e o Ministério da Justiça instituíram em 2003 o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário que tem por objetivo promover a atenção à saúde das pessoas em situação de prisão, incluindo a promoção das ações de prevenção e controle de doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV/AIDS nessa população, ampliando o acesso e qualificando a atenção à saúde das presidiárias (CASTRO, 2012).

Diante do exposto, este estudo teve como objetivo conhecer a prevalência de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e o comportamento de risco de populações carcerárias femininas no mundo.

Metodologia

Para guiar esse estudo foi levantada a seguinte questão norteadora: Qual a prevalência de infecções sexualmente transmissíveis e os comportamentos de risco identificados junto à população carcerária feminina?

Para o levantamento de dados, foi realizada uma revisão integrativa dos artigos publicados nas bases de dados eletrônicas PubMed/Medline (*National Library of Medicine and National Institutes of Health*), SCIELO (*Scientific Electronic Library*), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Cochrane Library e CINAHL (*Cumulative Index to Nursing & Allied Health Literature*) utilizando os seguintes descritores no idioma inglês: “Prison”, “Women” e “STD”, combinados entre si por meio dos operadores booleanos (AND, OR, NOT, AND NOT).

Para avaliação e seleção dos artigos foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: estudos sobre prevalência de IST ou comportamento de risco dentre a população feminina carcerária adulta, publicados nos idiomas inglês, português ou espanhol. Os critérios de exclusão foram: estudos realizados junto a parceiras de detentos masculinos, realizados junto a gestantes, ex-detentas, prevalência sobre o uso de drogas ilícitas, estudos qualitativos, duplicidades, teses, dissertações e textos que não tinham disponibilidade na íntegra.

A pesquisa na base de dados PubMed identificou 15.282 estudos a partir do descritor “prison” e reduziu para 52 resultados com a inclusão dos descritores “women” e “STD”. Um estudo foi eliminado por incluir gestantes, 29 não tinham disponibilidade do texto na íntegra, seis foram eliminados por se tratar de estudo junto a parceiras de detentos masculinos, um foi excluído por incluir ex-detentas, um foi excluído por incluir população carcerária masculina, um foi eliminado por se tratar de estudo qualitativo e oito foram eliminados por não se tratar da temática. Deste modo, a amostra final foi composta por cinco artigos.

A base de dados SCIELO evidenciou 900 estudos a partir do descritor “prison” e reduziu para 5 com a inclusão dos descritores “women” e “STD”. Um estudo foi eliminado por se tratar de artigo repetido, um foi excluído por não se tratar do assunto e dois foram eliminados por se tratarem de artigos publicados antes de 2012, sendo a amostra final composta por um estudo.

A pesquisa realizada na base de dados LILACS identificou 529 estudos a partir do descritor “prison” e reduziu para 12 com a inclusão dos descritores “women” e “STD”. Um artigo foi eliminado por se tratar de estudos com gestantes e puérperas, um foi eliminado por se tratar de tese, dois eram repetidos e oito foram excluídos por terem publicações antes de 2012. Portanto, nenhum artigo entrou na amostra final.

Na base de dados Cochrane Library foram encontrados 445 artigos com o descritor “prison” e nenhum artigo foi encontrado com a inclusão dos descritores “women” e “STD”.

Na base de dados CINAHL foram evidenciados 1.776 artigos com o descritor “prison” e 13 estudos com a inclusão dos descritores “women” e “STD”. Dois estudos foram excluídos por não ter disponibilidade na íntegra, sete foram excluídos por se tratar de artigos repetidos, um foi excluído por se tratar de um artigo de revisão, um foi excluído por incluir ex-detentas e um foi excluído por se não tratar de estudo com mulheres, sendo a amostra final composta por um estudo.

Sendo assim, após o refinamento, totalizou-se uma amostra de sete artigos contemplados.

Resultados e discussão

Dentre os artigos incluídos na revisão integrativa, verificou-se: um estudo de coorte retrospectivo, três estudos descritivos do tipo transversal, dois utilizaram a metodologia CAP (Conhecimento, Atitude e Prática) e um estudo de base epidemiológica.

Vale ressaltar que apenas três dos artigos encontrados foram realizados no Brasil e os demais se concentraram nas populações carcerárias dos Estados Unidos. Na figura 1 são apresentadas as informações dos estudos.

Os estudos selecionados foram classificados nas seguintes categorias de análise: (1) Estudos que avaliaram a caracterização étnica das presidiárias; (2) Estudos que avaliaram os comportamentos de risco e (3) Estudos que verificaram a prevalência de IST entre a população carcerária. Apenas dois estudos foram incluídos em somente uma categoria, sendo os únicos que não abordaram as características étnicas das detentas.

Figura 1 – Síntese dos artigos incluídos na revisão integrativa. Fortaleza, CE, Brasil, 2017.

Categ. de análise	Ano	Título	Autores	Periódico	Resultados
1, 2 e 3	1999	Incident Syphilis among Women with Multiple Admissions to Jail in New York City	Blank S, Sternberg M, Neylans LL, Rubin SR, Weisfuse IB, St. Louis ME	The Journal of Infectious Diseases	Dentre as mulheres com múltiplas admissões na prisão, 24% teve o teste sorológico de sífilis reagente
1 e 2	1999	The Lives of Incarcerated Women: Violence, Substance	Fogel CI, Belyea M	Journal of the Association of	Altas taxas de abuso de substâncias,



JOIN

ENCONTRO INTERNACIONAL DE
JOVENS INVESTIGADORES
EDIÇÃO BRASIL

		Abuse, and at Risk for HIV		Nurses in AIDS Care	abuso sexual, múltiplos parceiros e pouco uso da camisinha
1, 2 e 3	2001	Prevalência de HIV, papilomavírus humano e sífilis na Penitenciária Feminina da Capital, São Paulo, 1997-1998	Lopes F, Latorre MRDO, Pignatari ACC, Buchalla CM	Cadernos de Saúde Pública	Foram observadas prevalências de 14,5% para infecção por HIV, 16,3% com sondas de HPV de alto potencial oncogênico e 5,7% para sífilis
2	2012	Conhecimento, atitude e prática do uso de preservativos por presidiárias: prevenção das DST/HIV no cenário prisional	Nicolau AIO, Ribeiro SG, Lessa PRA, Monte AS, Bernardo EBR, Pinheiro AKB	Revista da Escola de Enfermagem da USP	Apenas 35 mulheres (22,6%) tinham conhecimento adequado sobre o preservativo masculino e 11 (7,1%) a respeito do feminino.
2	2012	Condicionantes sociodemográficos e sexuais do conhecimento, atitude e prática de presidiárias quanto ao uso de preservativos	Nicolau AIO, Ribeiro SG, Lessa PRA, Monte AS, Bernardo EBR, Pinheiro AKB	Texto e Contexto	A atitude associou-se com a idade e a idade da coitarca, enquanto que a prática adequada se associou com história de prostituição.
1 e 3	2013	The Status of HIV Prevention Efforts for Women in Correctional Facilities	Fleming EB, LeBlanc TT, Reid LC	Journal of Women's Health	25% das pessoas infectadas com o vírus HIV apresentam coinfeção do vírus da Hepatite C

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

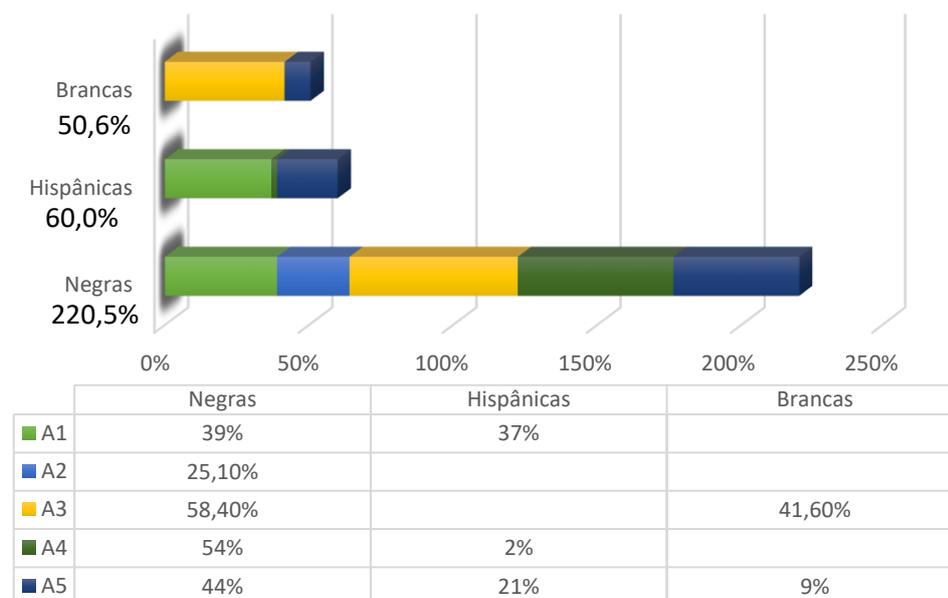
www.joinbr.com.br

					(16% a 41%) e 12% a 35% tem a doença crônica.
1 e 3	2014	Sexually Transmitted Infections Among Incarcerated Women: Findings From a Decade of Screening in a Los Angeles County Jail, 2002–2012	Javanbakht M, Boudov M, Anderson LJ, Malek M, Smith LV, Chien M, Guerry S	American Journal of Public Health	A prevalência para clamídia foi equivalente a 11,4%, para gonorreia foi equivalente a 3,1%, tendo uma prevalência maior para grupos com idades menores.

Estudos que avaliaram a caracterização étnica:

Cinco estudos apresentaram dados sociodemográficos relacionados a etnia e verificaram que a maior parte da população carcerária correspondia a mulheres negras, conforme demonstrado na figura 2.

Figura 2. Distribuição da prevalência de mulheres de acordo com a etnia nos estudos incluídos na revisão integrativa. Fortaleza, 2017.



Um estudo avaliou um total de 76.207 mulheres detentas, sendo em sua maioria negras (39%) ou hispânicas (37%). As prevalências foram associadas com a idade e etnia: para clamídia e gonorreia foram maiores para grupos com idades menores; para sífilis, a prevalência foi maior para grupos com idades mais avançadas, assim como em negras e brancas. Um padrão semelhante foi identificado quanto aos casos de HIV, tendo uma prevalência 1,1%, sendo maior para grupos com idades mais avançadas, brancas e negras, respectivamente.

O segundo artigo levantou dados do *Bureau of Justice Statistics* (BJS) e os dados epidemiológicos de HIV do *National HIV Surveillance System*, de 2011 e aponta que a população carcerária em penitenciárias estaduais e federais americanas correspondia a 111.387 mulheres. Destas, 25,1% eram negras e 1.756 prisioneiras eram HIV-positivo ou tinha diagnóstico de AIDS confirmado. O estudo aponta que os dados do Sistema Nacional de Vigilância do HIV sugerem que mulheres negras apresentam riscos aumentados para infecção do HIV, sendo 20 vezes maior do que o risco para mulheres brancas, embora os números para novas infecções tenham diminuído nesse segmento da população.

No terceiro estudo, 55,4% se encontrava na faixa etária entre 20 a 31 anos de idade, 58,4% eram negras, 41,6% eram brancas, 70,7% tinha ensino fundamental, 68,0% iniciou a vida sexual com 16 anos ou menos, 44,9% teve quatro ou mais parceiros e 44,1% teve história prévia de IST.

As características sociodemográficas encontradas no quarto estudo aponta que a idade média das detentas foi de 32 anos e que dois terços da amostra não completaram o ensino médio, sendo bastante semelhante aos achados de outras pesquisas realizadas nos Estados Unidos. A composição racial da amostra de estudo diferiu um pouco da composição racial das prisões femininas dos EUA, na medida em que a amostra tinha mais mulheres afro-americanas (54% vs. 43% a nível nacional) e muito menos latinos (2% contra 38% a nível nacional); a proporção de mulheres brancas foi semelhante (36% na amostra do estudo versus 38% a nível nacional).

Por fim, o quinto estudo demonstrou a comparação entre as características sociodemográficas e o número de admissões nas prisões americanas. Dentre as mulheres com duas ou mais admissões, 9% eram brancas, 44% eram negras e 21% eram hispânicas. As mulheres com uma admissão prisional não apresentaram taxas significativamente diferentes, correspondendo a 10% de brancas, 58% de negras e 29% de hispânicas.

A diferença considerável entre o índice de grupos de minorias e mulheres brancas dentro dos sistemas carcerários aponta para as desigualdades sociais existentes, principalmente, nos grandes centros.

No processo de urbanização as pessoas e as atividades econômicas tornam-se mais concentradas. As moradias tendem a situar-se nas periferias urbanas, onde as deficiências nos serviços como educação, saúde e saneamento persistem por algum tempo dentro das cidades. As disparidades nos padrões de vida básicos caracterizam o cenário urbano de muitos países, mesmo depois de eles alcançarem níveis de renda elevados. Assim, é comum um terço da população de uma cidade em desenvolvimento viver em favelas (GEIB, 2012).

Esse contexto socioeconômico de disparidades revela o perfil dos segmentos populacionais mais excluídos, que aliados a níveis educacionais baixos, concentração de renda desfavorável e sustentados por ações governamentais discriminatórias no passado, constroem um ciclo de exclusão e pobreza que marginaliza principalmente os negros na sociedade.

Estudos que avaliaram comportamentos de risco:

Nesta categoria foram incluídos cinco estudos, divididos em três subtemas: (1) avaliação dos conhecimentos; (2) avaliação dos comportamentos, incluindo os cuidados relatados pelas mulheres para prevenção de IST e práticas que levam à exposição das doenças.

1. Avaliação dos conhecimentos:

Em relação a avaliação dos conhecimentos das presidiárias, dois estudos verificaram baixas taxas relacionadas ao conhecimento adequado dos preservativos masculino (22,6%) e feminino (7,1%) e aos cuidados adequados (22,6%). Em contrapartida, os estudos demonstraram que as mulheres apresentaram conhecimento adequado sobre a função dos dois tipos de preservativos, embora o número de mulheres que desconheciam a função do preservativo feminino tenha sido dez vezes maior.

Um estudo verificou que a maioria das detentas acreditava que ter mais parceiros sexuais (81%) e atividades sexuais desprotegidas (88%) aumentam as chances de contrair HIV. Ainda assim, 30% acreditava não haver necessidade de proteção caso o parceiro tivesse uma IST, mais de um terço não sabia se os preservativos de látex eram melhores para prevenção de IST, 70% não sabia que preservativos com espermicidas diminuía as chances de contrair HIV e 42% acreditava que preservativos de origem animal eram mais eficientes para prevenir IST.

2. Avaliação dos comportamentos de risco:

Quanto a avaliação dos comportamentos, dois estudos verificaram por meio da metodologia CAP a diferença existente entre a atitude e a prática, isto é, o que a mulher pensa sobre os meios de prevenção de IST e sua tomada de decisão diante das informações. A maioria apresentou atitude adequada quanto ao uso dos preservativos masculino e feminino durante todos os tipos de práticas sexuais (61,3%), mas apresentaram resultados desfavoráveis quanto

à prática do uso dos preservativos (18,7% usam o masculino e 1,3% usam o feminino).

Outros três estudos apontaram uso de drogas injetáveis, compartilhamento de seringas, parceiros usuários de drogas injetáveis, alcoolismo, múltiplas admissões na prisão, história pessoal de abuso e violência, múltiplos parceiros, a percepção do risco e sexo desprotegido como fatores que influenciam diretamente os comportamentos de risco.

Percebe-se que os estudos apontam uma realidade desfavorável quanto a proteção e prevenção de doenças, uma vez que apenas uma pequena parcela das mulheres apresenta conhecimento e atitudes adequadas e, ainda assim, estas não se configuram em práticas adequadas, o que revela que as ações educativas e estratégias governamentais ainda não conseguem atingir o objetivo final: o de sensibilização.

Estudos que verificaram a prevalência de IST:

Nesta categoria de análise foram incluídos quatro estudos que verificaram a prevalência das IST entre a população carcerária.

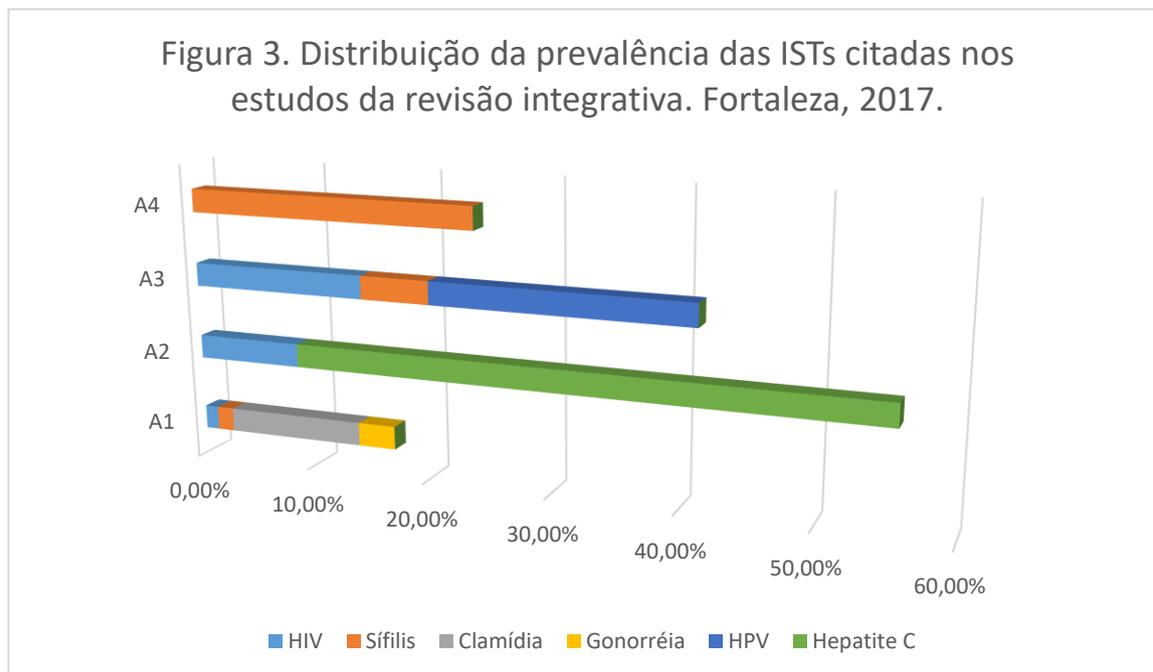
Em relação a prevalência das IST, um estudo realizou um levantamento de dados acerca da prevalência de clamídia, gonorreia, sífilis e HIV no *Los Angeles County Jail* entre os anos de 2002 a 2012 e verificou que a prevalência para clamídia foi equivalente a 11,4%, para gonorreia foi equivalente a 3,1%, sendo as coinfeções corresponderam a 43% dos casos. A prevalência para sífilis foi de 1,4% nos estágios primários e para HIV foi de 1,1%.

De acordo com um segundo estudo, 25% das pessoas infectadas com o vírus HIV apresentam coinfeção do vírus da Hepatite C e dentre a população carcerária 16% a 41% apresentam evidências sorológicas de infecção do vírus da Hepatite C e 12% a 35% tem a doença crônica. Entre os prisioneiros estaduais e federais, 1.756 presas reportaram ser soropositivas ou confirmaram a AIDS (8,7% de todos as presidiárias que relataram ser HIV positivos ou confirmaram casos de AIDS).

Um terceiro estudo verificou uma prevalência de: 14,5% para testes de HIV reagente, 5,7% para VDRL reagente, 16,3% para HPV de alto risco e 4,8% para HPV de baixo risco.

Outro estudo verificou que dentre as mulheres com admissões múltiplas e resultados sorológicos disponíveis (n=3579), 860 (24%) foram soro reagentes com tratamento adequado documentado para a sífilis na visita de base e foram documentadas 177 infecções adquiridas pela primeira vez e 112 reinfecções.

Dentre as ISTs, HIV e Sífilis foram citadas em três estudos, seguidas de Hepatite C, clamídia, HPV e gonorréia, citadas em um estudo, cada, conforme demonstrado na figura 3.



Os estudos não demonstraram prevalências altas, no entanto, estas ainda se configuram como motivos de preocupação, uma vez que os comportamentos de risco frequentemente demonstrados pelas presidiárias apontam para a existência de maior vulnerabilidade entre estas, se configurando ainda como um risco adicional para os parceiros das mesmas.

Conclusão

Os estudos demonstraram que as populações carcerárias femininas no mundo apresentam baixas prevalências para IST, no entanto, apresentam comportamentos de risco elevados para a disseminação das doenças, sendo os principais: história de abuso sexual e violência, uso de drogas, parceiros usuários de drogas, múltiplos parceiros, alcoolismo e sexo desprotegido. Além disso, os estudos também apontaram que mulheres negras se configuram como o principal grupo admitido nos presídios e que as mesmas podem ter risco aumentado para contaminação de sífilis e HIV.

As evidências demonstradas nos estudos ampliam a compreensão sobre fatores determinantes na contaminação de doenças dentro da população carcerária e servem como uma reflexão acerca de determinantes sociais envolvidos na

promoção da saúde dessa população e que devem ser levados em consideração no desenvolvimento de estratégias e ações educativas realizadas dentro de presídios, bem como na realização de triagens e assistência à saúde dessa população.

Referências

1. BLANK, S.; STERNBERG, M.; NEYLANS, L.L.; RUBIN, S.R.; WEISFUSE, I.B.; ST. LOUIS, M.E. Incident Syphilis among Women with Multiple Admissions to Jail in New York City. **JID**, v. 180, p. 1159-3, out 1999. Disponível em: <<https://academic.oup.com/jid/article/180/4/1159/841454/Incident-Syphilis-among-Women-with-Multiple>>. Acesso em: 05 de agosto de 2017.
2. CASTRO, Augusto Everton Dias; SOARES, Éricka Maria Cardoso. Saúde da mulher na prisão: legislação e políticas. **Rev. Jus Navigandi**, Teresina, v.17, n.16 p. 3447, dez. 2012.
3. DIUANA, V; et al. Saúde em prisões: representações e práticas dos agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 24, n. 8, p. 1887-1896, 2008.
4. FLEMING, E. B. et al. The Status of HIV Prevention Efforts for Women in Correctional Facilities. **J Womens Health** (Larchmt), v. 22, n. 12, p. 1005-1008, dez 2013. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3852606/>>. Acesso em: 05 de agosto de 2017.
5. FOGEL, C.I.; BELYEA, M. The Lives of Incarcerated Women: Violence, Substance Abuse, and at Risk for HIV. **JANAC**, v. 10, n. 6, p. 66-74, nov/dez 1999. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S1055-3290\(06\)60322-1](https://doi.org/10.1016/S1055-3290(06)60322-1) Acesso em: 11 de setembro de 2017.
6. GEIB, L. T. C. Determinantes sociais da saúde do idoso. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1, p. 123-133, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n1/a15v17n1.pdf>> Acesso em: 11 de setembro de 2017.
7. JAVANBAKHT, M. et al. Sexually Transmitted Infections Among Incarcerated Women: Findings From a Decade of Screening in a Los Angeles County Jail, 2002–2012. **Am J Public Health**, v. 104, n. 11, p. 103-109, nov. 2014. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4192096/>> Acesso em: 09 de setembro de 2017.

8. LOPES, F.; LATORRE, M.R.D.O.; PIGNATARI, A.C.C.; BUCHALLA, C.M. Prevalência de HIV, papilomavírus humano e sífilis na Penitenciária Feminina da Capital, São Paulo, 1997-1998. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1473-1480, nov-dez, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n6/6973.pdf>> Acesso em: 20 de agosto de 2017.
9. NICOLAU, A. I. O.; PINHEIRO, A. K. B. Condicionantes sociodemográficos e sexuais do conhecimento, atitude e prática de presidiárias quanto ao uso de preservativos. **Texto contexto – enferm.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 581-590, set. 2012a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v21n3/v21n3a13.pdf>> Acesso em: 09 de setembro de 2017.
10. NICOLAU, A. I. O. *et al.* Conhecimento, atitude e prática do uso de preservativos por presidiárias: prevenção das DST/HIV no cenário prisional. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 711-719, jun. 2012b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v46n3/25.pdf>> Acesso em: 09 de setembro de 2017.